

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO PENSAMENTO AMBIENTAL: Uma reflexão sobre a inclusão dos animais em nossa esfera moral

INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste artigo, algumas idéias e polêmicas sobre a questão da ética, na inclusão dos seres não-humanos no âmbito da moral. As reflexões e os argumentos apresentados partiram de idéias dos filósofos Peter Singer e Holston III, que defendem a ampliação da esfera moral, para além dos seres da espécie humana. Assim, a questão dos valores atingem uma dimensão ambiental para além das discussões tradicionais sobre as questões ambientais da atualidade.

Se a vida é o valor, a configuração biológica e a aparência exterior do ser vivo não contam, para o acesso a esse bem chamado respeito pela vida. A aparência exterior, ou a configuração biológica de um organismo vivo não devem contar moralmente, porque o valor da vida não pode depender de algo que constitui o aspecto do corpo vivo, pois este só aparece por causa da vida mesma. O corpo não é a causa da vida. Ele é a configuração específica na qual a vida mesma se expressa.

Sendo o valor moral invariável, e se a vida determina esse valor, a vida, seja na configuração vegetal, animal não-humana, ou humana, tem, pois, valor moral. Se, por outro lado, a ética e a preservação das espécies devem servir para preservar o que tem valor, nos seres que podem ser afetados por nossos atos, não há como defender critérios discriminadores para preservar o mesmo valor, somente porque a aparência ou forma de expressão na qual a vida se manifesta não é padronizada por nenhum dos critérios que elegemos, tradicionalmente, como definidores do valor da vida mesma, na forma humana de sua expressão.

Mas, o que parece tão simples na fala, acaba por detonar a concepção do valor da vida na perspectiva hierárquico-antropocêntrica, defendida pela filosofia moral tradicional e pelos discursos da questão ambiental. Na contracorrente da moral vigente, há que investigar os limites da argumentação tradicional e buscar redefinir a ética, caso se tenha o intuito de tornar coerente, com um mesmo princípio moral, a interação dos seres humanos uns com os outros, e desses com as demais espécies vivas. Isso dá algum trabalho.

Singer desenvolve uma ética do dever indireto em relação ao meio ambiente. Faz isso com base no valor instrumental do meio ambiente para os seres sencientes e para as *pessoas*, visto que ainda não encontrou um princípio ético coerentemente aplicável ao meio ambiente.

No entendimento de Singer, mesmo admitindo-se uma ética centrada no homem, pode-se argumentar em defesa do meio ambiente pelo fato de este constituir-se como um meio indispensável à sobrevivência humana. Segundo esse entendimento, tem-se um dever indireto de proteger o meio ambiente, pois sua destruição traz conseqüências negativas para a espécie humana como, por exemplo, as alterações climáticas e a poluição.

A primeira justificativa que Singer oferece para preservar o meio ambiente refere-se a seu valor de raridade, ou seja, o meio ambiente já foi, em sua maior parte, destruída pelo homem, tornando-se um bem instrumental raro, indispensável à continuidade dos seres

sencientes. Essa justificativa pode ser reforçada quando se defende um ponto de vista a longo prazo, ou seja, uma floresta leva milhões de anos para se formar e, uma vez destruída, tem sua continuidade interrompida, trazendo conseqüências irreversíveis para as gerações futuras. Em contrapartida, as vantagens econômicas que possivelmente seriam obtidas por intermédio de uma eventual destruição de certa floresta, são vantagens a curto prazo e depois de alguns anos se tornam ineficientes, sustenta Singer. Em muitas situações, o crescimento econômico deve ser deixado de lado, quando ele implica na destruição do meio ambiente, por suas conseqüências indiretas sobre a espécie humana¹. Argumentos econômicos indicam o benefício unilateral de uma ação e não são substitutivos de argumentos éticos. Embora na civilização ocidental exista uma dificuldade para aceitar valores a longo prazo, o que está em jogo no caso do meio ambiente “são valores sem preço e atemporais”², os quais, depois de perdidos, não podem ser recuperados por dinheiro algum.

Assim como o meio ambiente tem um valor por sua raridade, ele também pode ser valorizado por sua beleza, pois, para muitas pessoas, a natureza proporciona um senso estético que alcança uma plenitude em grande parte inexplicável. A admiração da beleza natural pode causar uma sensação de satisfação muito maior quando comparada à admiração causada pela contemplação de uma obra de arte, por exemplo.

Além disso, pode-se defender o meio ambiente por outras razões: ele representa uma oportunidade de recreação, “um reservatório de conhecimentos científicos a serem ainda adquiridos [...] e pelo fato de algumas pessoas simplesmente gostarem de saber que ali ainda existe uma coisa natural, relativamente intocada pela civilização moderna”.³]

Ao preservar o meio ambiente, na atualidade, se está oferecendo às futuras gerações a possibilidade de conhecer algo intocado pela ação humana. Com isso, Singer evidencia o compromisso e a responsabilidade ética da presente geração para com a existência das gerações futuras, justificando a preservação do meio ambiente a longo prazo. Entretanto, além desses valores ambientais, fundados nos interesses humanos, é importante, de acordo com Singer, analisar também uma outra questão referente à abordagem do valor intrínseco. Tendo demonstrado a incoerência da idéia de restringir o valor sagrado ou intrínseco à espécie humana, Singer passa a analisar se esse valor também se aplica ao meio ambiente.

O valor intrínseco é entendido por Singer como aquilo que é bom ou desejável em si, diferente daquilo que possui um valor instrumental – meio para obtenção de outra coisa⁴. Nesse sentido, Singer questiona a importância atribuída “à preservação dos animais, das espécies, das árvores e dos ecossistemas [...], independentemente dos interesses dos seres humanos”⁵, isto é, o valor que cabe atribuir a cada uma das espécie. Quando se trata de determinar o valor de uma espécie ou do próprio meio ambiente, Singer não recorre ao PICIS, pois o meio ambiente situa-se no âmbito externo da linha divisória que se estende apenas até a senciência. Desse modo, seres vivos vegetais “só devem ser levados em consideração na medida em que exerçam um efeito adverso sobre criaturas sencientes.

¹ SINGER, EP, p. 289.

² SINGER, EP, p. 285.

³ SINGER, EP, p. 285.

⁴ SINGER, EP, p. 288/289.

⁵ SINGER, EP, p. 291.

Não há, no seu caso, nenhum valor intrínseco em jogo, somente um valor instrumental”⁶.

Singer não pretende estender a ética para além dos seres sencientes, pois, segundo ele, isso implica em uma série de problemas que tornam essa tarefa essencialmente complexa. Enquanto a ética centrada nos interesses dos seres sencientes parte de premissas conhecidas (dor e prazer), podendo-se “tentar acrescentar os efeitos exercidos por diferentes ações sobre todas as criaturas sencientes afetadas pelas ações alternativas abertas a nós”, no caso de uma árvore “não há *nada* que corresponda ao que deve ser uma árvore morrendo porque as suas raízes foram inundadas”.⁷

Com isso, Singer defende que, ao se abandonar os interesses das criaturas sencientes como fonte de valor, não há outro ponto plausível no qual a ética possa firmar-se, pois não há como determinar os interesses e preferências de seres não-sencientes. Em outros termos, não há como determinar o que é bom, do ponto de vista ético, para um ser não-senciente. Mesmo tendo conhecimento de que é bom para uma planta receber água, luz e composto orgânico na medida certa, não se verifica, nesse caso, qualquer interesse moral consciente, afirma Singer⁸.

Quando não há interesse consciente em jogo, Singer sustenta que: [...] não temos como avaliar as importâncias relativas a serem atribuídas ao florescimento de diferentes formas de vida. Um pinheiro Huon de dois mil anos de idade é mais digno de ser preservado do que um tufo de relva? A maior parte das pessoas vai dizer que sim, mas essa opinião parece ter mais a ver com os nossos sentimentos, de respeito e veneração pela idade, pelo tamanho e pela beleza da árvore, ou com o tempo que seria necessário para substituí-lo, do que com a nossa percepção de algum valor intrínseco no florescimento de uma velha árvore – um valor intrínseco que o tufo de relva não possui⁹.

Não obstante, ao se deixar de lado o critério da sciência, torna-se difícil definir um princípio que restrinja a ética aos seres animados e exclua os inanimados, ou seja, quando não há consciência “não existe um bom motivo pelo qual devemos ter um maior respeito pelos processos físicos que regem o crescimento e a decadência das coisas vivas do que o que temos pelos que regem as coisas inanimadas”¹⁰. Conforme Singer, mesmo atribuindo o valor intrínseco a todas as espécies vivas, isso não diz absolutamente nada sobre o valor intrínseco de cada ser considerado individualmente.

Ainda que se admita a presença de interesses em árvores, espécies e ecossistemas, torna-se difícil demonstrar a relevância moral desses interesses, afirma Singer. Em outras palavras, “para que os seres vivos sejam vistos como seres individuais, é indispensável mostrar que a sobrevivência ou a realização desse tipo de individualidade tem um *valor moral*, independentemente do valor que possui devido à sua importância para a manutenção da vida consciente”.¹¹

No entendimento de Singer, a linha divisória estabelecida entre seres sencientes e não-sencientes tem por base o fundamento mais plausível e seguro para a demarcação da

⁶ SINGER, EP, p. 292.

⁷ SINGER, EP, p. 292.

⁸ SINGER, EP, p. 292/293.

⁹ SINGER, EP, p. 293.

¹⁰ SINGER, EP, p. 295.

¹¹ SINGER, EP, p. 299.

comunidade moral, uma vez que o argumento do valor intrínseco, como justificativa para a atribuição de valor moral ao meio ambiente, é problemático. Não há como analisar a presença do valor intrínseco nas espécies vegetais, pois essas não são dotadas de consciência e sensibilidade, logo, não possuem *interesses*.

Porém, disso não se infere que o meio ambiente não precisa ser preservado. Ao contrário, embora não possua *valor intrínseco*, a ninguém cabe destruir o meio ambiente para obtenção de benefícios econômicos. A destruição somente é justificável em casos de extrema necessidade, como, em algumas hipóteses, para obtenção de alimentos.¹²

ROLSTON E O RESPEITO À VIDA COMO UM TODO

Rolston, em um artigo intitulado *Respect for life: counting what Singer finds of no account*, critica Singer por ter reduzido a comunidade moral à apenas alguns seres superiores capazes de sentir dor e prazer. Rolston critica a idéia de Singer de que somente seres que possuem *interesse* devam ser incluídos na comunidade moral, questionando o conceito de interesse proposto por Singer.

Para Rolston, Singer conta apenas os animais que possuem um sistema nervoso central, nos quais, por analogia, ao que sucede com os humanos, pode-se perceber a manifestação da dor. Dessa forma, Singer reduziria sua comunidade moral apenas a seres conscientes o que não equivale nem mesmo a 4% da vida existente no planeta. Os outros seres teriam apenas valor instrumental, ou seja, de utilidade, já que serviriam para o bem das espécies sencientes.

Discordando dos argumentos de Singer, Rolston propõe que a comunidade moral adote uma ética de respeito pela vida. Dessa forma se pode valorizar todos os seres vivos, desde árvores até minúsculos seres invertebrados. Para o autor em questão, todo ser vivo quer viver e procura seu bem, mesmo que sua espécie de vida seja não-senciente.

No caso das plantas, por exemplo, Rolston dirá que Singer tem razão em afirmar que elas não têm sensibilidade nem são capazes de uma experiência subjetiva, processada num centro nervoso organizado. Porém, é necessário lembrar que elas são organismos modulares, capazes de se autoproduzir, de auto-defenderem-se de ataques de insetos e outros tipos de agressão. Para Rolston, “uma planta, como qualquer outro organismo, senciente ou não, é um ser espontâneo, sistema feito por si mesmo, sustentado e reproduzido por si, executando seu programa, fazendo um modelo direto de mundo, controlando sua performance...”¹³. Uma árvore não é o resultado de um mero processo físico-químico, mas também de um processo biológico. Nela há uma informação genética única que é passada de geração em geração. Nela há, ainda, um “desejo” de viver. Na verdade, todo ser vivo, senciente ou não, animado ou inanimado, tem em si o “desejo” de viver. Não um desejo consciente, assim como os humanos o têm, mas um desejo que lhe é dado por sua informação genética.

¹² SINGER, EP, p. 299/300.

¹³ ROLSTON, RFL, p. 250.

Tal informação genética carrega, segundo Rolston, “um caminho de vida”, que é capaz de fazer com que plantas sejam capazes de viver. Não importa se a informação do que é necessário para viver é genética (vegetais) ou cognitiva(animais). Para Rolston, não se pode, simplesmente, negar que árvores e plantas defendem suas vidas. Talvez elas não sejam conscientes de tal defesa, mas isso não tem nenhuma importância. “As árvores têm uma vida que é intrinsecamente defendida, que tem valor em si, e fazem isso com base em suas informações genéticas”¹⁴ No jogo genético de cada organismo vivo, há tarefas a serem realizadas, há um plano, uma proposta de vida.

Rolston propõe que se valorize a vida como um todo e, como tal, é necessário uma ética que leve em conta o valor intrínseco da vida. Para ele, todo e qualquer organismo vivo tem formas de defender sua vida. Mesmo árvores produzem toxinas para se defenderem de insetos e bactérias que as atacam. Por isso seria precipitado dizer que um organismo não tem desejo, porque estar-se-ia reduzindo desejo a uma única forma de sentir desejo, a de seres sencientes, análogas a dos humanos, única possível de conhecer com desenvolvimento atual. Porém, é possível que uma árvore tenha um outro modelo de sentir desejo. Assim, poder-se-ia dizer que uma árvore deseja água e luz solar, não do mesmo modo que seres sencientes desejam, mas através de uma informação genética presente nela.

Rolston defende a idéia de que todo e qualquer organismo vivo, seja ele inanimado ou não, possui um valor intrínseco de vida porque defende sua vida. Cada organismo vivo possui a informação do bem de sua classe, transferida, na reprodução, para os novos seres de sua espécie. O caráter de vida específico é levado a cabo e defendido por cada membro da espécie. Isso dá à vida de todo e qualquer organismo vivo um valor em si, defendido através da genética gravada. Organismos vivos defendem suas vidas mesmo que não a “sintam”. Não há sensibilidade nos organismos não-sencientes, mas há informações genéticas suficientes que os habilitam a defender suas vidas. Dessa forma é que Rolston entende ser necessário aumentar comunidade moral, e, por isso, defende uma ética do respeito à vida. Porém, ele não somente quer incluir seres vivos na comunidade moral, mas também ecossistemas, espécies e a terra como um todo. Para ele, todo indivíduo faz parte de uma espécie, população, que interage num ecossistema que se reproduz no planeta como um todo. Todo indivíduo, ao defender sua própria vida, defende a possibilidade futura e a história passada de sua espécie.

Porém, quando a vida de um indivíduo entra em conflito com a vida de uma espécie como um todo, o valor da espécie deve prevalecer sobre o do indivíduo¹⁵.

¹⁴ ROLSTON, RFL, p. 250.

¹⁵ Poder-se-ia, questionar, aqui, uma possível contradição entre defender o valor em si de um indivíduo e o valor da espécie como um todo. Rolston diz que todo indivíduo, seja ele senciente ou não, possui um valor que lhe é dado por sua genética. Cada indivíduo carrega em si um bem de sua espécie. O indivíduo vale por defender sua vida, mas ele defende sua vida da mesma forma que todos os indivíduos de sua espécie a defendem. Geneticamente, duas árvores da mesma espécie defendem sua vida da mesma forma. Dessa forma, o indivíduo, para Rolston, somente possui valor como portador de um bem de sua espécie. O bem de uma espécie, em Rolston, tem um valor maior do que o próprio indivíduo. Um organismo é portador de uma vida, e defende-a, mas defende-a, enquanto informação genética própria da espécie. Assim, Rolston dirá que se uma espécie está em perigo, e para salvá-la precisamos destruir alguns indivíduos, deve-se preferir a morte destes em vez do fim de toda uma espécie (Cf. ROLSTON, RFL, p. 260). O fim de uma espécie, acarretará o fim de todo um bem, de toda uma informação genética. É da sobrevivência

As espécies são um grande evento do qual indivíduos fazem parte. O que faz um organismo viver e ter valor é dado pela espécie, e toda vez que um organismo individual está a defender a sua vida, está a defender, também, a sobrevivência de toda a sua espécie. E, ao procriar, ele passa à nova geração o que esta passará para a seguinte a informação genética do que seja o “bem” de sua espécie.

Assim como um indivíduo defende sua vida, a espécie defende sua sobrevivência. Para Rolston existe um bem de espécie que é defendido quando a espécie defende sua sobrevivência. Há, de certa forma, uma história na espécie, passada de geração em geração. É na espécie que o indivíduo desenvolve suas habilidades, é por ela que ele tem a possibilidade de sobreviver, é através da adaptabilidade da espécie que depende a vida de cada indivíduo.

Quando se diz que há informação genética que faz com que a vida de um organismo seja defendida, pode-se transferir essa mesma idéia para as espécies. Há informações próprias da espécie, que passam de geração em geração, possibilitando a sobrevivência de um indivíduo dentro da espécie.

“A linhagem na qual um indivíduo existe é algo dinâmico passado diretamente a ele”¹⁶. O bem da espécie defendido pelas novas gerações existe na informação genética de cada espécie. Por isso, Rolston afirma que se precisa valorizar a vida também enquanto espécie.

Porém, “espécies são o que elas são onde elas são, em ecossistemas. Uma ética ambiental ampla necessita um princípio de valorização de ecossistemas”¹⁷. É assim que Rolston justifica sua idéia de que, na comunidade moral, devam ser incluídos também os ecossistemas. Para ele, o ecossistema é onde a vida se dinamiza e se torna possível. Rolston faz uma crítica a Singer por ele não incluir os ecossistemas na comunidade moral, simplesmente pelo fato deles não serem seres subjetivos e, portanto, não serem passíveis de valor intrínseco. Para Rolston, a categoria moral da qual Singer parte é equivocada, pois ao tratarmos de ecossistemas deveríamos partir de um critério de valor diferente.

“Nós devemos abordar o que há de valioso em ecossistemas de forma diferente, o que envolveria suas capacidades para gerar e amparar espécies e toda a biodiversidade ambiental que desejam conservar se”¹⁸

Para Rolston, enquanto organismos e espécies defendem apenas suas próprias vidas, ecossistemas defendem todas as vidas existentes e ainda promovem a ocorrência de novas vidas. Os ecossistemas são os responsáveis pela história da evolução, são os responsáveis por toda a vida existente e, possivelmente, por toda a vida que existirá. E isso faz com que o ecossistema possua valor.

Em Rolston, “a reivindicação de que valores entram no mundo unicamente nas experiências conscientes de vidas subjetivas de organismos superiores tem também inclinação subjetiva. Ela valoriza um produto tardio do sistema, a vida psicológica, e subordina todas as coisas igualmente a isto”¹⁹ Para ele, se é possível reconhecer valor em

da espécie que depende a possibilidade de novos indivíduos, diz Rolston (Cf. ROLSTON, RFL, p. 261).

¹⁶ ROLSTON, RFL, p. 262.

¹⁷ ROLSTON, RFL, p. 264.

¹⁸ ROLSTON, RFL, p. 264.

¹⁹ ROLSTON, RFL, p. 265.

seres sencientes, por seus interesses e preferências, um valor também pode ser “presenciado em espécies que defendem sua identidade, consecutivamente, em sistemas biológicos que são auto-organizados e que projetam o empreendimento da história”.²⁰

Rolston tenta, assim, ampliar a comunidade moral. Mas poder-se-ia perguntar, onde está a linha delimitatória de valor. Rolston afirma: “Nós julgamos, por nós mesmos, ter encontrado no planeta um valor. O Terra é realmente a unidade relevante para ser valorizado, a unidade fundamental de sobrevivência”²¹ Dessa forma, pode-se dizer que o planeta como um todo possui valor. Mas é necessário lembrar que Rolston deixa bem claro que um grão de poeira não possui valor por si só, mas num todo do qual ele faz parte. Diante disso, o todo deve ser considerado como possuidor de valor, e algumas das partes deste todo, caso tomadas isoladamente podem não ter valor algum.

Rolston, dessa forma, incita os humanos a considerar o quadro global na ética, valorizando a vida e tudo o que é necessário para que ela exista. Sendo assim, ele amplia muito a linha da comunidade ética, criticando Singer por valorizar apenas e tão somente os seres que possuem interesse.

REFLEXÕES SOBRE AS POSIÇÕES DE SINGER E ROLSTON

Singer, ao desenvolver sua teoria, tentou alargar a visão de ética, anteriormente, muito voltada para um humanismo. Sua concepção parte da idéia de universalização e igualdade, redefinindo-a na proposta de igual consideração de interesses. Diante dessa concepção, ele defende que seres sencientes devem ser levados em conta na comunidade moral, por sentirem dor e serem conscientes disso. Portanto, não é do interesse do animal sofrer, assim como não o é do humano. Singer dá valor ao interesse, dizendo que é desse conceito básico que toda ética deve partir. A linha divisória que Singer propõe em sua ética estabelece que somente animais sencientes possuem interesses e que apenas as pessoas possuem valor especial, por serem auto-conscientes da sua própria vida e terem desejos relativos ao próprio futuro. Seres sencientes têm vontade e desejo e isto seria determinante para estes serem incluídos na esfera moral. Porém, há formas de vida que Singer considera fora da comunidade moral, por exemplo, plantas e ecossistemas. Estas formas de vida devem ser preservadas para que os seres sencientes possam desfrutar delas. Singer atribui apenas um valor indireto para esses outros seres.²²

Rolston critica o argumento de Singer dizendo que animais não-sencientes e outros seres vivos devem ser levados em conta numa ética por terem uma vida e buscarem viver, independentemente de serem conscientes ou não ou de sentirem dor ou não. E, ainda propõe a inclusão de espécies e ecossistemas como possuidores de valor em si. Rolston critica Singer por ele partir da idéia de *interesse* e reduzir este conceito apenas às experiências possíveis e conscientes, aplicável, portanto, somente a seres sencientes.

Na verdade, ao que parece, tal crítica se dá a partir de um âmbito conceitual, já que Rolston afirma que poderia haver outro tipo de interesse que não o consciente. Ao citar a idéia de informação genética, Rolston diz que poderia haver um interesse ou desejo gravado na formação genética de um organismo, que não entra na classe dos interesses conscientes. Aceitar tal idéia, não é de todo errado, porque poderíamos realmente aceitar a tese de que a

²⁰ ROLSTON, RFL, p. 265.

²¹ ROLSTON, RFL, p. 265.

²² SINGER, EP, p. 284.

informação genética faz com que um organismo defenda sua vida. E o que importa, ou melhor o que serve de premissa para uma concepção ética, em Rolston, é a defesa da vida, não importando se esta defesa resulta da consciência ou da informação genética.

Singer concorda que sua posição ética traça limites morais. Porém, ele dirá, ao se defender o princípio de igual consideração de interesses, baseando-o na idéia de dor e prazer, e ao incluir todos os interesses dos seres sencientes na esfera moral, parte-se de premissas claras e conhecidas. Ou seja, é fácil dizer, por analogia, que um animal sente dor ou prazer, porque os humanos também sentem dor e prazer. Além do mais, animais sencientes, humanos e não-humanos possuem um sistema nervoso central. Tal semelhança facilita a ética da igual consideração de interesses semelhantes. No capítulo 10, do livro *Ética Prática*, Singer esclarece que os ambientalistas ao falar em “desejo de viver” como uma característica de todo ser vivo, usam a palavra *desejo* metaforicamente. De fato, não se tem ainda a clareza conceitual necessária para saber se, por exemplo, uma árvore realmente *deseja* viver.²³ Além disso, não se tem como saber se árvores têm intenção de viver.

Singer não fala, pois, na idéia de informação genética, conceito empregue por Rolston. Assim, pode-se questionar, por exemplo: se a informação genética guardar realmente um determinado “desejo de viver”, ainda que não consciente, deve-se, por isso, valorizar a vida de um organismo não-senciente? Ou, ainda, ao se incluir somente seres sencientes na comunidade moral, não se estaria reduzindo a comunidade somente a um tipo de interesse, qual seja o de sentir dor e prazer? Rolston não teria, então, razão em chamar a atenção para o fato de que pode haver um destino, um plano de vida na informação genética de cada organismo vivo, consciente ou não, e que tal plano deve ser respeitado? Devemos salientar que Rolston defende a idéia de que o plano de vida provém de uma informação genética, própria da espécie do indivíduo. Não há uma escolha desse plano de vida, não há uma escolha consciente, porque toda escolha pressupõe consciência e, em nenhum momento, Rolston afirma que os organismos não-sencientes possuem consciência.

Para Rolston, o valor da vida não deve ser fundada no pressuposto da consciência, mas na defesa de uma vida. Mas seria esta uma ética possível? Não se teria que dar razão à Singer quando ele diz que, por analogia, sabe-se que um animal sente dor e prazer e, portanto, é mais simples admitir que devemos considerar seus interesses, e que ao tratar de outras espécies não-sencientes os argumentos dos ambientalistas se tornam mais fracos? Para Singer, ao chegarmos às decisões morais que afetam criaturas sencientes, podemos tentar acrescentar os efeitos exercidos por diferentes ações sobre todas as criaturas sencientes afetadas pelas ações alternativas abertas a nós. Isso nos dará, pelo menos, uma tosca orientação com relação àquilo que talvez fosse a coisa certa a fazer.²⁴

Singer parece elaborar uma teoria ética mais coerente com as possibilidades humanas de responsabilidade ética. Inclui na esfera ética os interesses pelos quais se pode, com o desenvolvimento atual, assumir a responsabilidade. Isso implica em defender os seres que os possuem dos males que os ameaçam. Se a teoria de Rolston fosse adotada, porém, teria que se perguntar se os seres humanos estão aptos a defender a vida de todos os seres vivos, se há capacidade para se assumir tamanha responsabilidade.

Reagan, Goodpaster e outras discussões.

²³ SINGER, EP, p. 294.

²⁴ SINGER, EP, p. 292.

Tom Regan, professor do Departamento de Filosofia e Religião, da Universidade do Estado da Carolina do Norte, em seu artigo: “The Nature and Possibility of an Environmental Ethic”, menciona outros autores, que compõe seu referencial teórico ou sua filiação filosófica. Importa-nos saber, neste momento, quais são os interlocutores utilizados por Regan, tanto para corroborar suas idéias, quanto para serem criticados.

O primeiro autor, citado por Regan, é Kenneth Goodpaster e seu artigo “On Being Morally Considerable”. Nesse artigo, Goodpaster, professor da cátedra de ética da Universidade de Santo Thomas, em Minnesota e editor do livro *Ética e os Problemas do Século 21*, apresenta os princípios ou critérios, para a formulação de uma teoria ética ambiental. Além disso, Goodpaster discute a questão sobre quem deve ser admitido na comunidade moral, isto é, quem é digno de respeito pelo sujeito moral, e chega à conclusão de que a *vida* é o critério ou princípio que define a pertinência à comunidade moral. Os princípios defendidos por Goodpaster e por Regan, para uma ética ambiental nãohumanocêntrica, diferem bastante. Apesar não se ocupar detidamente de comentar o artigo de Goodpaster, Regan recomenda sua leitura.

Regan cita L. W. Summer, professor de Filosofia da Universidade de Toronto, para reforçar sua tese de que a vida e os interesses de animais não-humanos devem ser considerados dentro de um mesmo princípio, e a seu próprio modo específico. Reconhecer esse fato marca o início de uma genuína consciência ambiental.

Outro autor mencionado por Regan é Martin Krieger. Neste caso, o autor rejeita a tese de seu colega, por considera-la ingênua. Krieger defende que representações ambientais podem ser realizadas a partir de cópias produzidas em materiais sintéticos diversos, como por exemplo, árvores de plástico. Utiliza os argumentos de Mark Sagoff para repelir as idéias de Krieger, concordando com ele.

Peter Singer (*Libertação Animal*) e Andrew Linzey (*Animal Rights*) são criticados por Regan, por vincularem sensibilidade (sensibilidade e consciência) a interesses, para o estabelecimento da considerabilidade moral, conforme o defendem os utilitaristas. Para Regan, há interesses que devem ser respeitados, ainda que não possam ser representados pelas categorias *dor* e *prazer*.

Immanuel Kant (*Lectures on Ethics*) também é mencionado por Tom Regan. Kant afirma que tratar animais não-rationais com crueldade fere a *humanidade* do próprio ser humano. Regan critica a postura kantiana, de desaprovar moralmente a crueldade contra os animais simplesmente por contrariar a *humanidade* dos seres humanos, pois essa concepção desconsidera o *valor inerente* à vida dos animais, da perspectiva do animal.

Apesar de Regan criticar esses autores, não é possível identificar claramente sua própria filiação teórica.

Conceitos

A primeira distinção proposta por Regan, é entre os conceitos de *agente* e *paciente moral*.

Pode-se assumir, em um momento, o estatuto de agente moral (quando temos o poder em relação a algo, ou seja, a liberdade de tomar a decisão e assumir a responsabilidade), e no momento seguinte, o papel de paciente moral (quando nos encontramos em uma situação de vulnerabilidade). Os papéis de paciente e agente morais não são estanques, nem fixos, nem

permanentes. Esta simples distinção é de suma importância, principalmente para aqueles que acreditam na supremacia dos seres humanos em relação aos demais seres e se esquecem de que, apesar de os humanos poderem ocupar, em um momento, o papel de agentes morais, podem, no momento seguinte, ser pacientes morais.

O conceito de *sujeito-de-uma-vida* é considerado o conceito principal, original e característico da teoria desenvolvida por Regan, assim definido: os seres com significância moral são todos aqueles capazes de diferenciar, por sua própria experiência, aquilo que lhes causa bem ou mal segundo sua própria espécie de vida individual. Mas, uma ética ambiental genuína não contempla apenas os interesses de sujeitos-de-uma-vida. Deve ir além desse limite. No seu entender, uma teoria só pode ser considerada ética ambiental, genuinamente, e, portanto, não humanocêntrica, se reconhecer que: "... todos os seres conscientes e alguns não-conscientes devem fazer parte do estatuto moral."

Outro conceito de suma importância para Tom Regan é o de *valor inerente*. No último parágrafo de seu texto, o autor o emprega para defender a preservação da natureza, ao admitir o seguinte postulado: *devemos preservar o valor inerente da natureza*. Entende-se por valor inerente o estar bem a seu modo de vida *específico*, seja este de natureza humana, animal, ambiental, paisagística ou artística. Tudo que fizer parte da comunidade moral, e no caso de Regan, não são apenas os seres vivos que pertencem a esta comunidade, possui um valor inerente. Dito de outro modo, tudo que tiver valor inerente deve integrar a comunidade moral e ser considerado digno de respeito, portanto, digno de ser preservado.

No início de seu texto, Regan aponta duas condições para se estabelecer uma ética ambiental. A primeira refere-se à significância moral, e a segunda, expõe o critério defendido pelo autor como a única característica necessária para uma ética genuinamente ambiental. São elas:

- (1) Uma ética ambiental deve assegurar que existem seres não-humanos que fazem parte do estatuto moral.
- (2) Uma ética ambiental deve assegurar que a classe dos seres que tem estatuto moral inclui, mas é maior que a classe dos seres conscientes – ou seja, todos os seres conscientes e alguns não-conscientes devem fazer parte da comunidade moral.²⁵

Estratégia de argumentação

Tom Regan possui uma estratégia de argumentação que parte da descaracterização de todas as éticas ambientais que não satisfaçam a segunda condição imposta por ele, para uma ética genuinamente ambiental. Isto significa dizer, que, uma teoria ética que não reconheça valor inerente à vida de seres conscientes não-humanos (animais) e a seres não-conscientes (plantas e ecossistemas), não pode ser considerada verdadeiramente ambiental. Desse modo, Regan descarta as teorias éticas tradicionais, inclusive a elaborada por Peter

²⁵ "... (1) An environmental ethic must hold that are nonhuman beings which have moral standing. (2) An environmental ethic must hold that the class of those beings which have moral standing includes but is larger than the class of conscious beings – that is, all conscious beings and some nonconscious beings must be held to have moral standing...". REGAN, Tom. "The Nature and Possibility of an Environmental Ethic". In: *Environmental Ethics – An Interdisciplinary Journal dedicated to the philosophical aspects of environmental problem*. Spring 1981, v. 3, n. 1. p. 19-34.

Singer, para quem a senciência desempenha um papel fundamental, no estabelecimento da linha divisória que separa os seres em relação aos quais o sujeito moral tem deveres diretos, dos demais, em relação aos quais seus deveres podem ser considerados indiretos.

Regan chega a conclusão de que as éticas, para serem genuinamente ambientais, devem partir do reconhecimento do *valor inerente* de ambientes naturais. O recurso utilizado pelo autor, em sua argumentação, é o de invalidar as possíveis objeções feitas à sua teoria. Deste modo, ele caracteriza os princípios que uma ética deve obedecer para poder ser reconhecida como ambiental.

O autor utiliza três argumentos para definir, minuciosamente, o que é, em sua concepção, uma teoria ética ambiental e as características que ela deve ter, para poder ser considerada como tal. São eles: o do interesse, o da senciência e o do bem inerente. O primeiro argumento, o do *interesse*, apresentamos a seguir, por sua importância. Uma possível objeção à proposta de Regan, sobre quem deve ser considerado moralmente, é dizer que apenas quem tem *interesses* deve ser considerado, e, que, os únicos seres que têm *interesses* são os *sencientes*, aqueles que têm sensibilidade e consciência. Podemos classificar este argumento como utilitarista.

Regan invalida o argumento utilitarista, mostrando que seres que não possuem consciência têm interesse, por exemplo, o interesse de não ser destruído ou afetado por ações externas. Para Regan, um sujeito de interesses se constitui de dois modos distintos: 1. na condição de *sujeito de* um interesse; e na condição de, 2. ser *sujeitado a* um interesse.

Estes dois sentidos de interesse podem ser melhor compreendidos se pensarmos, por exemplo, no interesse que um ser humano tem de irrigar sua plantação. Para tanto, ele utilizará a água de um rio próximo. Este ser humano tem um interesse, é sujeito de um interesse, neste caso, do interesse em utilizar a água do rio para irrigar sua plantação. Porém, a planta também possui um interesse em receber água. Ela não é consciente, não é sujeito do interesse, mas sujeita à necessidade de nutrir-se com a água. No caso de humanos e animais, dá o mesmo. Por vezes, vemos apenas o conceito de interesse na perspectiva de um sujeito agente, e não na de um paciente.

Regan aponta apenas estes dois tipos de interesse, porém, é possível pensarmos em um terceiro tipo de interesse. Voltando ao nosso exemplo, o rio, apesar de não ser sujeito de um interesse, está sendo sujeitado a interesses: o interesse do ser humano em irrigar sua plantação, e o interesse da planta, em nutrir-se da água. Desse modo, percebemos que mesmo seres não-sencientes, no caso, o rio, também podem ter interesse, ainda que somente em um terceiro sentido do termo.

Propostas

Para finalizar, iremos expor a proposta central de Tom Regan para uma ética genuinamente ambiental. Em primeiro lugar: ser-sujeito-de-uma-vida, com valor único e absoluto, ao menos para o sujeito daquela vida, deve ser a premissa da considerabilidade moral. Em segundo lugar, uma ética genuinamente ambiental deve partir do ambiente, considerando seu valor inerente. Além disso, deve admitir a considerabilidade moral de seres conscientes não-humanos e de seres não-conscientes.

Referências

FELIPE, S. T. Natureza e moralidade. Igualdade antropomórfica, antropocêntrica, ou ética? In.: *Revista Philosophica*, Lisboa: Faculdade de Letras, 2004. No prelo, 23p.

FELIPE, S. T. *Regan e a concepção de sujeitos-de-uma-vida como sujeitos de direitos morais*. Artigo apresentado no Seminário de Ética do Programa de Pós-graduação em Ética e Filosofia Política, UFSC, 2004.1. Parte do livro em fase de edição.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, [s/d].

MOORE, G. E. *Principia Ethica*; Trad. Márcio Pugliesi, Divaldo Roque de Meira. São Paulo: Ícone, 1998.

REGAN, T. The Nature and Possibility of an Environmental Ethic. In: *Environmental Ethics – An Interdisciplinary Journal dedicated to the philosophical aspects of environmental problem*. Spring 1981, v. 3, n. 1. p. 19-34.

ROLSTON III, H. Respect for Life: Counting what Singer Finds of no Account. In.: JAMIESON, D (org.). *Singer and his Critics*. Oxford : Blackwell Publishers. 1999

SINGER, P. *Ética Prática*; Trad.: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. São. Paulo: Martins Fontes, 1994.